



ATA DA REUNIÃO DA CONGREGAÇÃO DA  
FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA BAHIA, REALIZADA EM 07 DE  
DEZEMBRO DE 2010.

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia sete do mês de dezembro do ano de dois mil e dez, na sala do Mestrado em Direito, reuniu-se a Congregação da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, sob a presidência da professora Maria Auxiliadora de Almeida Minahim, Vice-Diretora da Faculdade, e com as presenças dos senhores membros, que assinaram no livro de presenças: professores Antonio Sá da Silva, João Carlos Monteiro Macêdo, Edilton Meireles de Oliveira Santos, Manoel Jorge e Silva Neto e Mário Jorge Philocreon de Castro Lima; representantes discentes: acadêmicos Gabriel Ferreira da Fonseca e Max da Silva Bandeira. JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA: Foram registradas as justificativas de ausências apresentadas pelas professoras Mônica Neves Aguiar da Silva e Marília Muricy Machado Pinto. Iniciando os trabalhos, o presidente informa que o ponto principal da reunião será a aprovação para os concursos do Magistério Superior dos Departamentos de Direito Público e Direito Privado. Em discussão foram analisados e aprovados por unanimidade os concursos do Departamento de Direito Público e os pontos que deveriam ser retirados das matérias para os concursos de Direito Penal, Processo Civil, Direito Processual Civil e Prática Jurídica Cível, Direito Econômico, Direito Internacional Público e Direito da Integração, Direito Administrativo, Direito Ambiental, Prática Trabalhista e Direito Eleitoral. Pontos para o concurso Magistério Superior do Departamento de **Direito Público: Direito Penal:** 1. Princípios penais constitucionais. 2. Concurso de Pessoas. 3. Causas supra-legais de exclusão de culpabilidade. 4. Eutanásia e suicídio assistido. 5. Crimes contra a dignidade sexual. 6. O consentimento do ofendido no Direito Penal. 7. A tutela dos bens jurídicos supraindividuais na legislação penal extravagante. 8. Medidas penais alternativas. 9. Concurso de crimes e continuidade delitiva. 10. Responsabilidade penal da pessoa jurídica. **Teoria do Processo, Direito Processual Civil e Prática Jurídica Cível:** 1. Jurisdição. 2. Teoria da Ação. 3. Pressupostos e Invalidades Processuais. 4. Sentença e precedente judicial. 5. Princípios gerais do processo: devido processo legal, contraditório, ampla defesa e duração razoável do processo. 6. Teoria Geral dos Recursos. 7. Teoria da Prova. 8. Teoria da Execução Cível: princípios; espécies; título executivo e responsabilidade patrimonial. 9. Tutela de urgência. 10. Tutela coletiva: princípios; coisa julgada; legitimação e competências. **Direito Eleitoral:** 1. Partidos políticos. 2. Inelegibilidades. 3. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo e Recursos outra Diplomação. 4. Sistemas Eleitorais. 5. Propaganda Eleitoral. 6. Recursos Eleitorais. 7. Candidatura: Registro, Impugnação e Recursos. 8. Fidelidade partidária. 9. Evolução Histórica da Justiça Eleitoral no Brasil. 10. Direitos Políticos Ativos. **Prática Trabalhista:** 1. Histórico e Organização da Justiça do Trabalho. 2. Competência da Justiça do Trabalho. 3. Postulação Inicial. 4. Defesa. 5. Audiência e Prova. 6. Procedimentos Trabalhistas. 7. Recursos Ordinários. 8. Recursos Extraordinários. 9. Dissídios Coletivos. 10. Execução. **Direito Ambiental:** 1. Meio Ambiente na Constituição Federal. 2. Princípios do Direito Ambiental. 3. Proteção Jurídica dos Animais. 4. Repartições de competência no Direito Ambiental. 5. Responsabilidade Ambiental. 6. Processo Administrativo Ambiental. 7. Direito Ambiental Urbanístico. 8. Espaços Ambientalmente Protegidos. 9. Estudo de Impacto Ambiental. 10. Proteção Jurídica as Florestas no Brasil. **Direito Administrativo:** 1. Princípios da Administração Pública. 2. Serviço público. 3. Administração indireta. 4. Licitação e contratos administrativos. 5. Agências Reguladoras. 6. Poder de polícia. 7. Ato administrativo: conceito, natureza controle e vício. 8. Parcerias na Administração Pública. 9. Intervenção do Estado na propriedade privada. 10. Controle da Administração Pública. **Direito Internacional Público**





**e Direito da Integração:** 1. Fontes e Codificação do Direito Internacional Público. 2. Tratados: Conceito, Classificação, Requisitos de Celebração e Validade, Execução. 3. Tratados: Efeitos Perante Terceiros, Interpretação, Revisão, denúncia. 4. Organizações Internacionais e de Integração. 5. Proteção Internacional dos Direitos Humanos. 6. MERCOSUL. 7. Meios pacíficos de Solução de Controvérsia e Conflitos Armados. 8. Extradicação, Deportação e Expulsão. 9. Cortes Internacionais e Tribunal Penal Internacional. 10. Mar Territorial, Espaço Aéreo e Antártida. **Direito Econômico:** 1. Constituição Econômica. 2. Princípios da Ordem Econômica na Constituição Federal. 3. Regulação da Atividade Econômica. 4. Planejamento Econômico. 5. Desenvolvimento Sustentável. 6. Direito Econômico da Concorrência. 7. Evolução Histórica da Intervenção do Estado na Economia. 8. Modalidades de Intervenção do Estado na Economia. 9. Globalização e Ordem Econômica Internacional. 10. Política Urbana, Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária. Pontos para o concurso Magistério Superior do Departamento de **Direito Privado: Teoria do Direito:** 1) Teorias do Direito Natural. 2) Orientações da teoria do Direito no Brasil Contemporâneo. 3) O problema da Ciência do Direito e as Ideologias Jurídicas. 4) Teoria da Norma Jurídica: validade formal e eficácia social. 5) Interpretação e Aplicação do Direito. 6) Culturalismo Jurídico – Teoria Ecológica e Teoria Tridimensional do Direito. 7) Sociologismo Jurídico. 8) Teorias Pós-positivistas. 9) Direito, Retórica e Argumentação. 10) Escolas Críticas do Direito. **Metodologia da Pesquisa em Direito:** 1) Universidade e Pesquisa no Brasil. 2) Ética em Pesquisa. 3) Pesquisa no campo das ciências humanas e sociais e a pesquisa jurídica. 4) O método como objeto do conhecimento filosófico e científico. 5) Metodologia da pesquisa e sua contextualização epistemológica: paradigmas da experiência jurídica na história. 6) Opções metodológicas do positivismo jurídico, pós-positivismo e teorias críticas do Direito. 7) Problemas e perspectivas da pesquisa em direito no Brasil. 8) Multiculturalismo e tendências atuais da produção de conhecimento no campo do Direito. 9) Métodos quantitativos e qualitativos aplicados à Pesquisa Jurídica. 10) Ciência, Neutralidade Axiológica, Argumento de Autoridade, Complexidade e Pesquisa Científica. 11) Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovações. Agências de Fomento. 12) Técnicas de Pesquisa. Etnografia. Historiografia. Fenomenografia. **Direito Empresarial:** 1. Teoria da Empresa e Empresário. 2. Lex Mercatória e Contratos Internacionais do Comércio. 3. Estabelecimento Empresarial. 4. Nome Empresarial. 5. Sociedades Simples e Empresariais. 6. Títulos de Crédito. 7. Contratos Empresariais e Bancários. 8. Pressupostos da Falência e Processo Falimentar. 9. Intervenção e Liquidação Extrajudicial. 10. Recuperação de Empresas. **Direito Agrário:** 1. História Fundiária do Brasil. Especificidades do Nordeste Brasileiro. 2. A questão agrária e o direito agrário. 3. Propriedade Rural. Conceito, efeitos e função social. Imóvel Rural. Propriedade Familiar e Módulo Rural. Meios de Acesso à Propriedade Rural. Fundo de Pasto. 4. Posse. Conceito, efeitos e função social. Ações possessórias. 5. Contratos Agrários. Classificação, formas e princípios gerais. 6. Sistema de Tributação da Terra e da Atividade Rural. Agronegócio e agricultura familiar. Assistência Financeira e Creditícia. 7. Reforma Agrária e Desocupação Rural. Marcos legais. Desapropriação por interesse social e distribuição de terras. 8. Usucapião rural. Regime Jurídico. 9. Dos conflitos agrários e acesso à Justiça no meio rural. 10. Regulação Agrária no Estado da Bahia. Recursos Hídricos. Terras Devolutas. **Direito Internacional Privado:** 1. Direito internacional privado, princípios, conceito, objeto, classificação, denominação e fontes. 2. Estrutura e natureza das normas e conflito. Uniformização do direito internacional privado. 3. Histórico e evolução do direito internacional privado. 4. Conflitos de leis: sistema geral de solução, elementos de conexão e teoria das qualificações. Aplicação da lei estrangeira. Limites. Devolução e Renúncia. 5. Lei de Introdução ao Código Civil. Aspectos relativos a lei pessoa, capacidade, nome, família, sucessões, obrigações, contratos, propriedade e direitos autorais. 6. Conflitos de leis: direito do trabalho, comercial, marítimo e aéreo.

*Galvão Fomelo*  
*[Handwritten signature]*

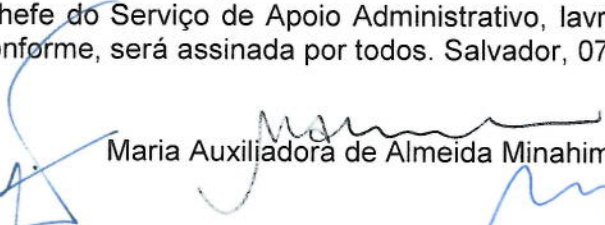




Direito processual civil internacional. Conflitos de Jurisdição. Homologação de Sentenças Estrangeiras e Laudos Arbitrais Estrangeiros. 7. A situação jurídica do estrangeiro no Brasil: aspectos relevantes. 8. O trabalho do estrangeiro no Brasil. 9. Dos contratos internacionais em geral. Conflitos e instrumentos de solução. 10. Organizações internacionais: empresas nacionais e multinacionais, organizações não governamentais, organismos multilaterais, sindicalismo internacional e associativismo internacional. Na matéria Direito Penal foram retirados os pontos 1. Fraude nos Crimes Contra Fé Pública e no Estelionato e 2. Teoria Geral da Pena. Na matéria Processo Civil, Direito Processual Civil e Prática Jurídica Cível foram retirados os pontos 1. Litisconsórcio e 2. Juizados Especiais. Na matéria Direito Econômico foram retirados os pontos 1. Regulação da Atividade Econômica e 2. Serviços Públicos Concedidos. Na matéria Direito Internacional Público e Direito da Integração foram retirados os pontos 1. Nacionalidade e 2. Soberania Relativa e União Européia. Na matéria Direito Administrativo foram retirados os pontos 1. Regime jurídico dos Servidores Públicos e 2. Processo Administrativo. Na matéria Direito Ambiental foram retirados os pontos 1. Direito Ambiental Internacional e 2. Degradação Ambiental. Na matéria Prática Trabalhista foram retirados os pontos 1. Liquidação e 2. Mandado de Segurança e na matéria Direito Eleitoral foram retirados os pontos 1. Direito Penal Eleitoral e 2. Investigação Judicial Eleitoral. Em seguida foi analisado ofício nº 036/2010-Pub. Solicitando o Departamento a homologação dos nomes dos candidatos Leonardo Tochetto Pauperio, Gabriel Dias Marques e Valdir Ferreira de Oliveira para ficar a disposição da UFBA em caso de necessidade de nomeação, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida analisado o ofício nº 039/2010-Priv. encaminhado pelo Departamento de Direito Privado solicitando a homologação dos nomes de Leonardo Tochetto Pauperio, Julio César de Sã da Rocha e Andréa Alves de Sá em razão da proximidade do término do prazo de validade do concurso da matéria História do Direito e Sociologia Jurídica, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida foi analisado o pedido através do ofício nº 037/2010-Pub., solicitando a abertura de Concurso Público para o Magistério Superior, com 01 (uma) vaga para as matérias: Direito Econômico, Direito Internacional Público e Direito da Integração, Direito Administrativo, Direito Ambiental, Prática Trabalhista, Direito Eleitoral, Classe de Professor Assistente, regime de 20 (vinte) horas, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida foi apresentada por professor Mario Jorge, solicitação do professor Heron Santana para sua migração na matéria Direito Ambiental que será analisado pelo Departamento. Em seguida foi analisada a solicitação do Departamento de Direito Privado de abertura de Concurso Público para o Magistério Superior para as matérias: 1) Direito Empresarial (02 vagas); 2) Direito Agrário (01 vaga), 3) Direito Internacional Público (01 vaga). Todos os Concursos para a Classe de Professor Auxiliar, regime de 20 horas, titulação de Graduação em Direito. Em discussão professores Edilton Meireles e Maria Auxiliadora propõem que a abertura seja para professor assistente com exigência de mestrado, sendo vencida esta proposta pela maioria ficando o concurso para professor auxiliar. Em seguida o Departamento de Direito Privado solicita a Congregação à nomeação dos candidatos aprovados em Direito Comercial (1 vaga) - Irena Carneiro Martins, Legislação Social (1 vaga) - Andréa Presas Rocha e Direito Civil (2 vagas) - Cristina Menezes Santos e Mauricio Requião de Santana, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida foram discutidos os pontos a serem retirados para o concurso do Magistério Superior do Departamento de Direito Privado, ficando assim, aprovado por unanimidade da Congregação: Direito Empresarial foram retirados os pontos 1. Propriedade Industrial e 2. Constituição e Exigibilidade do Crédito Cambiário. Direito Agrário foram retirados os pontos 1. Trabalho do Rurícola. Cooperativismo e Associativismo Rurais e 2. Aspectos jurídicos do uso, da ocupação da terra e dos movimentos sociais e Direito Internacional Privado foram retirados os pontos 1. Tratados e Convenções Internacionais sob a ótica do direito internacional privado e 2. Sociedade da



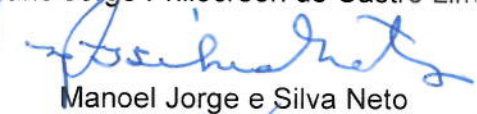
informação e direito internacional. Comércio Eletrônico Internacional. Proteção do consumidos no comércio eletrônico. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada, o presidente agradeceu as presenças e deu por encerrada a reunião, da qual eu, Ramanita Albuquerque, Chefe do Serviço de Apoio Administrativo, lavrei a presente ata, que, após lida e julgada conforme, será assinada por todos. Salvador, 07 de dezembro de 2010.

  
Maria Auxiliadora de Almeida Minahim

  
Antonio Sá da Silva

  
Mário Jorge Philocréon de Castro Lima

  
Edilton Meireles de Oliveira Santos

  
Manoel Jorge e Silva Neto

  
João Carlos Macêdo Monteiro

  
Gabriel Ferreira da Fonseca

Max da Silva Bandeira